



# **A EXPRESSÃO CULTURAL COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO: UM ESTUDO DE POSSIBILIDADES**

**George Rembrandt Gutlich<sup>1</sup>**

## **Resumo**

O assunto do presente artigo se centra na questão cultural como possibilidade econômica de turismo sustentável no município de São José do Barreiro e como proposta se ocupa de apresentar bases alternativas para o desenvolvimento de uma microrregião situada no Vale do Paraíba Paulista denominada “Vale histórico”, tendo por epicentro a cidade em questão. Como estudo de caso reporta-se a uma ação da Universidade de Taubaté e apoiada pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e desenvolvimento Regional. Apresentam-se aqui recortes que abordam especificamente a questão da identidade cultural focada nos bens materiais imóveis e a o conjunto urbano, os edifícios que compõem o cenário urbano em seu aspecto pitoresco. Com procedimento inicial de diagnóstico optou-se por levantar os bens tombados pelo IPHAN e apontar seu real papel na identidade e na economia local. Por intermédio de uma experiência anterior, realizado na Cidade de São Luiz do Paraitinga, delineou-se como procedimento inicial o inventário e, como produto final, optou-se pela produção de uma cartilha de educação patrimonial dimensionada em três versões e dedicada a públicos diversos com intuito de estimular a apreciação de características particulares do local como vetores de atração cultural para o turismo. O trabalho em andamento aponta para a reavaliação do conceito de patrimônio cultural e

---

*Recebimento: 23/4/2015 • Aceite: 9/6/2015*

Agradecimento ao CNPq pelo apoio à pesquisa

<sup>1</sup> Doutor em Artes (UNICAMP). Filiado ao Programa de pós doutoramento em arquitetura da Faculdade de Arquitetura e ao CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da Universidade de Lisboa . Docente da Universidade de Taubaté, Taubaté, SP, Brasil. E-mail: george\_gutlich@hotmail.com

pretende iniciar uma sistemática de procedimentos de tombamentos baseados em critérios de apropriação simbólica e, neste contexto, de otimização dos recursos no estímulo da economia da micro região.

**Palavras-chave:** Patrimônio; Planejamento; Desenvolvimento; Identidade cultural

## **THE CULTURAL EXPRESSIONS AS ECONOMIC ALTERNATIVE FOR THE CITY OF SÃO JOSÉ DO BARREIRO: A STUDY OF POSSIBILITIES**

### **Abstract**

The subject of the present article is the cultural heritage as economic possibility of sustain tourism in the city of São José do Barreiro and as a proposal to alternative bases for the development of this micro region in the Vale do Paraíba, province of São Paulo, where the municipality is the center. As case study it is referred an action of the University of Taubaté and supported by the Program of Academic Master class in Planning and Regional Development. Clippings are presented here that specifically approach the question of the cultural identity in the immovable corporeal properties and to the urban set, the buildings that compose the urban scene in its colorful aspect. With initial procedure of diagnosis it was opted to raising the material patrimony recognized by the IPHAN (national institute for historic and artistic heritage) and pointing its real paper in the identity and the local economy. For intermediary of a previous experience, carried through in the City of São Luiz do Paraitinga, the inventory was delineated as initial procedure. In this case was produced a scholar book dedicated to the patrimonial education wrote in three versions with intention to stimulate the appreciation of particular characteristics of the place as cultural attraction for the tourism. The work in course points with respect to the reevaluation of the concept of cultural inheritance and intends to initiate a systematic of procedures of fallings based on criteria of symbolic appropriation of the resources in the economy of this region.

**Keywords:** Cultural inheritance; Planning; Development; Cultural identity

## Introdução

Como um excerto do Vale do Paraíba paulista, a denominação da microrregião estudada como “Vale Histórico” se deve às diversas características peculiares locais, decorrentes do período áureo da economia cafeeira, e por figurar enquanto mantenedora de tradições e testemunhos de paisagem urbana e rural advindas do século XIX. Esta herança cultural e os caminhos do desenvolvimento econômico na região definiram este aspecto de “história congelada”.

O município estudado de São José do Barreiro, escolhido por se situar como um epicentro do Vale Histórico, se insere na sub-região 4 da RMVPLN (Região Metropolitana do Vale o Paraíba e Litoral Norte), que envolve as cidades de Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras, divisão que não coincide com a designada pelo IBGE, que delinea a circunscrição das microrregiões valeparaibana baseado em critérios de identidade paisagística e cultural.

Comparando as divisões oficiais, o pesquisador Edson Trajano Vieira considerou a divisão realizada pelo IBGE em 1968 a que atende melhor ao critério de divisão de microrregião por *paisagens naturais e culturais*. (VIEIRA, 2009), divisão esta que estabelece como cidade base da microrregião, o município de Bananal e que engloba Arapeí, São José do Barreiro, Areias e Silveiras, o que vem a reforçar o conceito de uma situação geográfica descolada do Vale do Paraíba por particularidades geomorfológicas e também pelo aspecto econômico dado pelo distanciamento dos municípios em relação à Rodovia BR116, acarretando características de estagnação econômica se comparado ao restante do Vale do Paraíba paulista.

Observada sob o prisma do índice de desenvolvimento econômico e humano a microrregião apresenta diversas situações negativas, pois, de acordo com o senso IBGE de 2010 a evolução populacional do decênio 2000-2010 representou um decréscimo, de 4.141 habitantes em 2000, para 4.078 em 2010, sendo em última verificação, 2471 em zona urbana e 1.672 na rural. Ainda o senso de 2010 registrou uma taxa de alfabetização de 85,7%. Vieira destaca também a situação do município de São José do Barreiro numa preocupante posição desvantajosa no IDH do Estado de São Paulo (VIEIRA, 2009). Configura-se por estes dados um perfil de imagem sintomático das cidades adormecidas descritas pelo escritor Monteiro Lobato em seu célebre livro “Cidades Mortas”, onde se observam o decréscimo populacional, o esvaziamento do campo e a taxa de alfabetização ainda baixa em relação à média da macrorregião e que

suscitam a atenção para um projeto de olhar delicado às questões ambientais e culturais, ligados indubitavelmente à economia.

## **O cenário e suas potencialidades**

A história do fausto financeiro, de um período do desenvolvimento da microrregião do Vale do Paraíba paulista definido por do Vale Histórico ainda se encontra representada pelos testemunhos arquitetônicos remanescentes do século XIX e início do XX e que remontam o apogeu da cultura do café. A razão para a permanência destes edifícios se explica em grande parte pelo panorama econômico regional, observado a partir de quando investimentos de grande monta impulsionaram grande parte do Vale do Paraíba Paulista a partir da segunda metade do século XX, como a exemplo do trecho da BR 116, conhecida como rodovia Presidente Eurico Gaspar Dutra.

À procura de um diagnóstico para o ostracismo econômico é possível considerar que, se por um aspecto, esta microrregião foi alijada das alterações nos meios de deslocamento e de produção pelo remanejamento das estradas e pelas benesses advindas de ações de planejamento e expansões urbanas ligadas às vias de transporte que privilegiaram grande parte do Vale do Paraíba e acabaram por isolar a região, este mesmo mecanismo de estagnação propiciou a sobrevivência de um número significativo de testemunhos do gosto do “século de ouro” da cultura cafeeira valeparaibana.

A contribuição do projeto de extensão da Universidade de Taubaté para o município de São José do Barreiro, se caracteriza por priorizar questões atreladas à cultura e , principalmente, ao desafio de promover o desenvolvimento por intermédio de valorização de elementos da memória ligados ao patrimônio histórico local. Vislumbrando um desdobramento de potencialidades a partir de iniciativas de turismo sustentável onde a microrregião e, em específico o município focado, tem despertado o interesse para uma série de iniciativas de boa repercussão associadas ao meio ambiente, às práticas de esportes que promovem o contato com a natureza. Porém, ao observar este nicho de mercado ficou evidente a ausência de projetos e profissionalização do turismo cultural.

Nas observações de campo foi constatado que este setor da economia local se desenvolve de maneira incipiente e independe de um rigor educativo e histórico referente aos valores de identidade patrimonial. Nas situações elencadas como potencialidades culturais de apelo imediato observou-se que o patrimônio paisagístico que

emoldura o conjunto urbano colabora numa cenário arquetípico da vida rural brasileira, da fronteira entre uma vida urbana ainda pacata e o bucólico universo do meio rural. Fato este que, por si, representa uma prerrogativa de interesse ao turismo pautado nos roteiros de charme, aquele baseado na busca de aspectos pitorescos do cenário urbano. Tal condição aponta para ao conceito já sedimentado no turismo de *Small is beautiful* que “(...) opõe-se radicalmente à viagens massificadas, impessoais e realizadas nos gigantes de concreto(...)” (RUSCHMANN, 2008, p. 17).

Como preocupação acadêmica de avaliar os usos pós projeto de tais situações, o questionamento principal do papel de uma ação desta monta é de destacar tais qualidades numa região de baixo IDH que pode, a exemplo de diversos casos congêneres, acarretar mais em idealização cultural baseada valores de consumo padrão retirado de outros contextos e num conseqüente afastamento da população original dos recursos advindos do turismo que se tornar uma efetiva contribuição ao quadro da economia criativa.

Estudos de caso retirados de exemplos como dos das cidades litorâneas da RMVPLN revela a recorrência do processo de afastamento do morador autóctone de seu habitat original próximo ao mar em função do processo de *gentrificação* do lugar, da retirada das pessoas originais e com baixo poder aquisitivo e substituição por uma nova população. Tal processo observado no município de Ubatuba, no litoral norte do estado, aponta para uma paulatina perda de identidade cultural local, ou melhor, para uma substituição de uma identidade de comunidades ligadas econômicas e culturalmente à pesca em função de um contexto fluxos turismo de veraneio, em contrapartida se apresenta uma idealização, ou falseamento de uma realidade, constituindo a paisagem de cidade temática. Neste caso, quando não há o afastamento da população há a migração para a mão de obra de serviços, fato que descaracteriza a ligação original do homem ao lugar.

Em Ubatuba os caiçaras se viram compelidos a abandonar seu sítio original em direção aos sertões, regiões de baixo custo, por conta de avanço de residências de veraneio, fato este que acarretou também o deslocamento das personagens da paisagem, fato este que configurou uma moldagem de uma atmosfera à beira mar com base em valores do mercado imobiliário ligado ao turismo.

Tal situação de evasão se evidencia como um fator recorrente se comparado ao processo de urbanização do território brasileiro iniciado na década de 1950 e que, em função da crescente industrialização, alterou sensivelmente o modo de vida nos maiores centros urbanos, culminando num processo migratório em direção às

pequenas cidades do interior. Tal fenômeno se deu em função de busca de qualidade de vida promovida pelo contato próximo com uma paisagem compreendida por *natural*. Seguindo tardiamente uma práxis iniciada em meados do século XIX em centros urbanos densamente industrializados e habitados por hordas de trabalhadores ligados direta ou indiretamente à produção; a exemplo de Paris e Londres onde as novas demarcações do bem morar situavam-se a partir de um discurso e salubridade, próximos ao campo. Ainda que não configurasse o cenário do dia a dia, os locais de veraneio como os do litoral norte do estado de São Paulo ofereceram a possibilidade ao investidor e ao aposentado de se sentirem possuidores deste quinhão do Paraíso, mas a reboque destes empreendimentos revelou-se o efeito consecutivo: o afastamento das populações caçaras de seu espaço original e conseqüentemente o abandono de seu modo de vida, apagando parte significativa de seu legado cultural.

Nesta situação o maior patrimônio abandonado foi a relação entre homem e espaço, um valor tão caro no imaginário dos pescadores, como atestam as histórias narradas pelos contadores de casos (ou “*causos*”, no falar local), pelas canções onde o mar e particularidades das construções, da topografia e vegetação se destacas como personagens ativas do repertório do pertencimento.

Uma intenção preventiva centra-se, no projeto de São José do Barreiro, em antever tal quadro de alienação do patrimônio paisagístico e apresentar a relação entre homem e seu meio como a grande riqueza a ser preservada e estudada, principalmente se considerar tal bem como objeto de um processo de economia criativa onde a experiência das forças do lugar se verifica autêntica e caracteriza um interesse turístico pelo local. Em observação aos riscos de transformação local atentou-se à importância de conceber dispositivos de caráter educativo que despertassem atenção para importância da memória como elemento fomentador na estrutura da economia criativa. Doris Ruschmann, num estudo sobre turismo sustentável, salienta os riscos do turismo em massa para preservação tanto meio ambiente e do patrimônio (RUSCHMANN, 2008, p.24) e comenta sobre as curtas expectativas temporais do mercado enquanto os prejuízos no ecossistema e na cultura são de longo prazo. A pesquisadora ainda se reporta às designações de responsabilidade do Estado preconizados pela OMT (Organização Mundial do Turismo) de 1983, p 23:

- Assegurar o direito ao lazer e às férias para a população;
- Preparar os cidadãos para o turismo;
- Assegurar o desenvolvimento econômico por meio do turismo;

- Assegurar o desenvolvimento sócio cultural por meio do turismo;

- Salvar e proteger a natureza.

Ainda sobre a salvaguarda legal e como complemento à citação de Ruschmann, vale enunciar o **Código mundial de ética no turismo**, elaborado pela OMT, em 1999, em seu artigo 4º sobre *O turismo, utilizador do patrimônio cultural da humanidade e contribuindo para o seu enriquecimento*:

“2) As políticas e atividades turísticas são desenvolvidas no respeito pelo patrimônio artístico, arqueológico e cultural, competindo-lhes a sua preservação e transmissão às gerações futuras; um cuidado especial deve ser concedido à preservação e valorização dos monumentos, santuários e museus, bem como de locais históricos e arqueológicos, quando estejam em grande parte abertos à frequência turística; deve ser encorajado o acesso do público aos bens e monumentos culturais privados, no respeito pelos direitos dos seus proprietários, bem como aos edifícios religiosos, sem prejudicar as necessidades do culto;” (OMT, 1999).

Sobre a questão de salvaguarda optou-se como estratégia ética preparar os cidadãos para o turismo e, com isto assegurar uma possibilidade de desenvolvimento econômico ligado ao sócio cultural. No projeto de São José do Barreiro por assegurar a contrapartida dos habitantes do local em relação ao valor da preservação a partir da ideia de empoderamento em relação aos bens e seus significados, sendo este o maior atrativo para o turista de interesse cultural. Para elaborar um plano de trabalho em que as metas estabelecidas pela OMT fossem observadas optou-se por dividir os procedimentos em quatro etapas: Aproximação, Diálogo, Definição de estratégias e Plano de ação.

Num procedimento inicial, de *Aproximação* ao tema, realizou-se de imediato um inventário baseado em elementos de afloramento, ou seja, dos destaques evidentes ao olhar externo, por onde se estabeleceram os parâmetros para se delinear um sistema de inventário de patrimônio imóvel baseado em entrevistas e no procedimento de elaboração de mapas mentais a partir do modelo desenvolvido pelo urbanista norte americano Kevin Lynch (LYNCH, 1997) onde os marcos referenciais configuram os espaços da memória.

Enquanto estratégia de *Diálogo* e como elemento balizador das proposições éticas do projeto procurou-se agir em consonância com a “Carta das Cidades Educadoras”, documento produzido em Barcelona, em 1990, em que de educação pela cidade e para a cidade antecede qualquer mecanismo de produção. Elaborou-se a partir desta

premissa uma dinâmica de aproximação e valoração da cultura ligada ao patrimônio da paisagem urbana que se desdobraria no conceito de *pertencimento*, de ligação afetiva entre homem e lugar e, por sua vez, na concepção de estratégias de uma economia criativa baseada na relação entre homem e seu meio.

Pelos procedimentos delimitados no prognóstico do projeto as estratégias de aproximação e produção de conhecimento intermediado pelo patrimônio devem se dar inicialmente pela produção e a publicação de instrumentos institucionais denominados "Cartilhas Patrimoniais", uma estratégia estimulada pelo IPHAN para elucidar e sensibilizar em relação o patrimônio de uma população específica. Entendendo-se por patrimônio não apenas o bem arquitetônico tombado, mas todo espaço, edificado ou não, que se destaca enquanto relação afetiva e mnemônica para seus habitantes, também conhecidos "lugares da memória", lugares com significância que se destacam como pontos de convergências da experiência de pertencimento numa localidade.

Milton Santos, quando trata das diferenças simbólicas entre *local* e *localidade*, elucida que o "(...). O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo num lugar" (SANTOS, 1988). Exatamente sobre este "*feixe de forças sociais*" é que se pauta a produção destas cartilhas, sobre a relação entre o homem, os acontecimentos e o espaço que testemunha sua existência que se deve pensar os valores simbólicos dos lugares e das localidades.

A estratégia para o mapeamento foi delineada a partir de um roteiro básico realizado pela leitura panorâmica do espaço, ou seja, pelo olhar viajante, pelo olhar de que se sujeita aos afetos do primeiro contato, foram eleitos os edifícios de caráter mais atraente. A partir deste encontro se desenvolveu a interface das idéias iniciais com a sugestão de educadores e alunos da rede de ensino. Mecanismo por onde se averiguará a pertinência da escolha e ou a possibilidade de alargamento do leque de exemplos.

Do prisma legal, os bens tombados pelo IPHAN na cidade de São José do Barreiro se resumem a apenas dois: o Cemitério dos Escravos, exemplar raro de uma tipologia de necrópole do século XIX e a sede da fazenda Pau D'Alho, exemplar portentoso e singular da



arquitetura cafeeira. Foi observado no primeiro contato que tais exemplos se mostram distantes no imaginário urbano da cidade e do cotidiano das pessoas; fator este que parece indicar a dificuldade de vínculo de identidade imediato no local.

Quando das justificativas do exemplar trabalho de restauro e reabilitação do mais importante bem oficialmente tombado na cidade, o arquiteto Luis Saia, autor do projeto de restauro afirma: “(...)De fato, é possível e até conveniente repovoar os espaços restaurados com peças que rememorem a sua função primitiva — caso da casa de morada — ou aproveita-los para apresentar uma amostragem condigna de equipamento de trabalho — como da casa de tropa— ou ainda ocupa-los com objetos que dizem respeito às antigas fazendas de café — caso de outras partes do conjunto edificado — como a Casa dos Carros, por exemplo, ou da Tenda de Ferreiro. Paralelamente a esta intenção, que é legítima mas não exaure a ideia do Museu, casa das Musas, lugar de estudo, será necessário prover lugar e meios de conhecimento.(...)” .(SAIA, 1975, P 627). Porém, um condicionante importante para a ineficiência de projeto de revitalização do espaço se evidenciaria ao longo do tempo, a própria distancia física do cotidiano urbano e a ausência de uma política pública específica para o assunto impôs ao monumento uma vida independente do cotidiano da comunidade, O que faz raras as oportunidades de visitação à fazenda.

Comum é a prática de viajantes interessados em patrimônio histórico de desconectar a Fazenda Pau D’alho da imagem do município de São José do Barreiro. Constitui-se neste contexto duas unidades de interesse, num ponto a cidade e, noutra, a fazenda. Neste exemplo a idéia de Localidade converteu-se em apenas local, pela perda de apelo simbólico junto à população.

Agrega-se ao exemplo da Fazenda Pau D’Alho o tomo CONDEPHAAT relativo ao Cemitério dos Escravos, dado pela Resolução 20 de 14 /07/1989.

Localizado na parte superior do núcleo urbano este espaço guarda remanescentes importantes de testemunhos de arte tumular da segunda metade do século XIX e uma curiosidade, que seria o sepultamento tardio (em 1959) das ossadas de três escravos originalmente encontradas na Fazenda Pau D’Alho e que, mesmo enquanto montagem histórica, viria a nomear a necrópole. Este local, apesar de sua proteção legal por tombamento estadual, se encontra em estado de abandono, salvo pela ação sazonal de discentes da Universidade de Taubaté que zelam pela integridade do que resta do conjunto, configurando o que em termos simbólicos classificaria como

a “morte da morte”, uma perda total de apego da população para com as sepulturas.

O tombamento pelas instancias competentes foi motivado “(...) *pela conservação do sítio e sua ambientação paisagística, implantada em terreno elevado*” Processo CONDEPHAAT 00496/74. Configura-se neste excerto de memorando, a despeito de seu valor simbólico ou artístico, a intenção de se preservar a ambiência urbana, dada pela raridade de sua locação em tal recorte histórico, pois o primeiro sepultamento fora realizado em 1841, ainda num momento em que o campo santo das igrejas constituía o padrão para tal prática.

Ao assimilar como Patrimônio os artefatos imóveis e a ambiência urbana, como o caso do conjunto arquitetônico de São José do Barreiro, no contexto desta ação, configura-se independente de seu tombamento pelos órgãos oficiais. Tal ação constituiria antes um inventário de marcos simbólicos, destacados na paisagem urbana, que evidenciariam a identidade local. Tal inventário, em atenção às prerrogativas de uma memória que se modifica pelos estímulos mais variados, também poderia se alterar com o passar do tempo, quando possivelmente se revelariam novos elementos ou se diminuiria a importância de outros.

Seguindo as premissas deste modelo ético optou-se por delinear um sistema de pesquisa de campo junto à população, representada em faixas etárias distintas, por onde se objetivou valorar os potenciais espaços no próprio sítio urbano e, através da dinâmica de explorar marcos arquitetônicos ligados ao cotidiano, especular também sobre este ambiente e suas evocações, ou seja, do patrimônio material migrar ao imaterial. Optou-se, desta maneira, por considerar patrimônio os espaços de interesse memorialístico, ou de significação para a população, compondo deste modo, inventário de bens a serem tombados oficialmente, mas com potencial efetivo no cenário cultural.

**Figura 1:** Igreja Matriz de São Jose do Barreiro, ponto de partida do trajeto patrimonial



Fonte: Ensaio, registro do autor em atividade de campo. 21/08/2014

**Figura 2:** Cine Teatro São José, de São José do Barreiro



Fonte: registro do autor em atividade de campo, 21/08/ 2014

A partir de um projeto que antevê a preservação do ambiente urbano com base na memória o roteiro de abordagem patrimônio material deverá se desenvolver a partir da sensibilização para tal valor, com base na leitura panorâmica dos edifícios e marcos que se destacam na paisagem urbana e com base em critérios de importância para o olhar externo. Nas etapas de *definição de estratégias e plano de ação* o julgamento da validade da presença de determinados edifícios no guia patrimonial se dará em primeira instância pela eleição de marcos de maior evidencia, com presença e antiguidade, mas deverá se remodelar a partir do momento que uma partilha básica for aplicada e as formas de apresentação e abordagem forem produto de construção conjunta entre pesquisadores e agentes locais.

**Figura 3:** Aspecto do conjunto de edifícios de uso misto na praça central de São José do Barreiro.



Fonte: registro do autor em atividade de campo, 21/08/ 2014

O modelo de uma cartilha para o município de São José do Barreiro partiu de uma experiência congênere, desenvolvido na própria Universidade de Taubaté pela acadêmica Nislene Claro e sob a orientação do autor, num projeto de pesquisa em iniciação científica para o município valeparaibano de São Luiz do Paraitinga. Neste projeto foi proposto um roteiro de leitura de fachadas onde as formas figuradas nos edifícios são apontadas como produto dos desejos de uma sociedade, das comunicações silenciosas e, em muitos casos, produtos de uma felicidade coletiva. Em contrapartida, observando outra dinâmica no processo de pesquisa em São José do Barreiro, em que o âmbito e os aportes da pesquisa e da ação se configuram muito diferentes da experiência anterior, tal processo de especulação coletiva buscou compreender a dinâmica das apropriações da significância dos monumentos, inclusive aceitando as dinâmicas da

significação, como um eventual “apagamento” ou o possível surgimento de algum novo marco.

Um roteiro protótipo foi delineado na condição de catalisador de informações para consolidação de uma cartilha. Inicia-se o roteiro pela igreja matriz e seu entorno imediato, dada a evidente importância afetiva da localidade junto à população manifesta pelo ponto nodal recorrente de aglomeração humana em torno do monumento. O percurso se desenvolve numa perambulação pedonal pelas ruas da cidade onde serão pontuados através da prática de desenho de observação, os edifícios e marcos urbanos de significância, tais como esculturas e espaço de jardins e praças. Neste percurso se observa o nível de aproximação da população aos valores do legado material da arquitetura, a exemplo do antigo cine teatro e da câmara municipal.

A estratégia de promover contatos guiados neste momento é enfatizar e coletar certos aspectos memorialísticos, como a cronologia das construções, técnicas construtivas, acontecimentos importantes ligadas aos edifícios e fatos pitorescos da memória urbana. Os precedentes de projetos culturais ligados ao patrimônio atestam que a apropriação do patrimônio pelo cidadão deve ser antes afetivos que oficiais, pois os caminhos legais por via de regra não garantem uma vitalidade efetiva no imaginário. Em contrapartida o aspecto afetivo reafirma a vitalidade de um patrimônio e confere a este seu papel no cotidiano de uma sociedade.

O desenvolvimento e aplicação de cartilhas patrimoniais direcionadas ao estímulo de uma política de preservação da memória e da valoração de características pitorescas das cidades do então denominado “Vale do Paraíba Histórico” indica para a constituição, num panorama de estímulo ao turismo e ao consumo de produtos ligados à identidade local, um recurso de vital importância estratégica, pois somente pela consciência da comunidade em relação aos valores culturais é que se dará o efetivo tombamento, o tombamento afetivo.

Os exemplos de tombamento oficial na cidade de São José do Barreiro apontados neste estudo, a despeito de sua real importância no cenário historiográfico, parecem indicar mais um valor de gabinete e documental que objetos participantes da identidade e da vida econômica local.

Uma das orientações de maior importância no cenário da relação patrimônio e economia criativa, as Normas de Quito, de 1967, em seu artigo VI, explicita que: “Valorizar um bem histórico ou artístico equivale a habilitá-lo com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltam suas características e permitam seu ótimo aproveitamento. Deve se entender que a

valorização se realiza em função de um fim transcendente que, no caso da América Ibérica, seria o de contribuir para o desenvolvimento econômico da região.”

As ações que se pretendem decorrentes da sensibilização pública podem almejar um tombamento por base em requisição da população. Antevendo os efeitos decorrentes de tais procedimentos pode-se enfatizar por salvaguarda o artigo 216 da Constituição Federal que conceitua patrimônio cultural enquanto tal, nos itens IV e V - onde “ *as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico*”. Nesta ação de reconhecimento o valor de proteção oficial agregado ao tombamento confere salvaguarda à integridade do conjunto, tendo em conta as obrigações legais do poder público em relação ao patrimônio. Neste aparte específico a Constituição brasileira designa ainda que (...)” *1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.*” Agregando ao valor de tombamento afetivo despertado pelas ações de especulação soma-se as obrigações do município em relação a proteção, a documentação e a disponibilidade de informações do patrimônio, cabe salientar a seqüência do artigo: “*2º- Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem*”. Sob tal recorte vale enfatizar a função fomentadora das cartilhas patrimoniais elaboradas em parceria entre pesquisadores e população, por onde se revela a importância capital do tombamento com função social, pois além de estimular a identidade cultural consequentemente qualifica o turismo e o consumo de bens advindos desta identidade, considerando o papel lúdico do patrimônio e a sua salvaguarda enquanto bem ativo de uma população.

## Considerações finais

O conceito de turismo sustentável tem despertado uma aparente rejeição para o investidor convencional na área, pois este, via de regra, almeja benefícios em curto prazo, ignorando os prejuízos culturais e ambientais decorrentes desta prática. A alternativa escolhida para a microrregião do Vale Histórico, enquanto local ainda incipiente nesta prática foi o de empoderamento da população local

acerca da importância de seu patrimônio cultural material e imaterial e, com isto, promover uma vertente de valoração ligada à preservação. Sobre esta questão vale salientar a observação de Doris Ruschmann: “É impossível desconsiderar a importância da cultura como uma das mais importantes motivações das viagens turísticas. Entretanto, o desejo de conhecer os modos de vida de outros povos nem sempre vem acompanhado do devido respeito, da legítima consciência do valor e do legítimo interesse por parte dos visitantes. (RUSCHMANN, 2008, p.50)

A repercussão das cartilhas de educação patrimonial enquanto meios de divulgação e sensibilização indica a tendência a delinear e redesenhar constantemente os rumos de inventários e ações de fomento da identidade e o decorrente reconhecimento oficial, dado por tombamentos e suas ações de proteção e de educação correlatas. Deste mecanismo espera-se o desenvolvimento econômico consciente da potencialidade de suas fontes enquanto o maior beneficiado.

A despeito dos bens abordados neste objeto de estudo serem de caráter não formal, constitui a cartilha e a decorrente metodologia empregada para elaboração e aplicação, como meios de fomento para a viabilização de tombamentos oficiais dos bens que se manifestarem pertinentes como testemunhos vitais de uma cultura. Desta forma, poder-se-á estruturar didaticamente as bases para a instalação de um processo de requisito de amparo público legal para se efetuar a manutenção, o estudo e a divulgação destes marcos simbólicos da experiência em comunidade.

Enquanto ação tanto de cunho cultural quanto no âmbito do desenvolvimento regional, aguarda-se proceder de acordo com a potencialização dos valores educativos e turísticos do patrimônio cultural, pensados neste âmbito, como veículos também para a delimitação de uma nova perspectiva econômica, de uma perspectiva onde o patrimônio se apresenta como matéria prima da identidade cultural.

## Referências

ADAMS, Betina. (2002), *Preservação Urbana: Gestão e resgate de uma história*. Florianópolis: UFRSC.

BARCELONA. (1990), *Carta das Cidades Educadoras*.

CHOAY, Françoise. (2001), *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: UNESP.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). (1998), *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro [RJ]: EdUERJ.

DEBRAY, Régis. (1994) *Vida e morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente*. São Paulo: Editora Vozes.

FREIRE, Cristina. (1997) *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC/Annablume.

FLORENCIO, Sônia R.; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. (2014) *Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc.

GRUNBERG, Evelina. (2007) *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial*. Brasília, DF : IPHAN.

GUTLICH, George Rembrandt ; CLARO, Nislene da Silva. (2013), *A FACE DAS CONSTRUÇÕES. Ornamentação arquitetônica em São Luiz do Paraitinga*. Anais do I Congresso Internacional de História da Construção Luso-brasileira; Vitória: Ed. da Universidade Federal do Espírito Santo.

IPHAN. (2013), *Educação Patrimonial : Manual de Aplicação : Programa Mais Educação*. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc.

IPHAN. (2011), *Educação patrimonial: orientações ao professor (Caderno temático ; 1)*. 2 imp. – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2011.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira.(1996) *Modelos Portugueses Para a Arquitetura Paulista do Século XIX*. Campinas: Revista de História da Arte e Arqueologia, Nº 2, pgs. 295-301.

LOBATO, Monteiro (1919), *Cidades Mortas* (edição de 2007), São Paulo: Globo.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. São Paulo [SP]: Martins Fontes, 1997.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; ZANON, Elisa; BRANCO, Patrícia M.C. (2009) *Educação Patrimonial: da Teoria à prática*. Londrina: Ed.UniFil.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. (2008), *A documentação como ferramenta de preservação da memória*. Brasília: IPHAN/ Programa Monumenta.

OMT: Código Mundial de Ética do Turismo, 1999. Disponível em : <http://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hotelaria/artigos/6329/codigo-mundial-de-etica-do-turismo#>, acesso em 18/02/2014.



---

QUITO. (1967), Normas de Quito. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br). Acesso em 12/02/2014

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2008.

SAIA, Luis. (1972), *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva.

\_\_\_\_\_. 1975), Notas preliminares sobre a fazenda Pau D'Alho (história, restauração e projeto de aproveitamento) IN: Revista de História da USP, No 102, pgs 581-630. São Paulo: USP .

SANTOS, Milton. (1988), Espaço e Método. São Paulo: Nobel.

TORENTINO, Átila Bezerra. (2012), *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. Caderno temático 2. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba.

VIEIRA, Edson Trajano. (2009). *Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado, FFLCH: USP.